



Piso 2016: governo insiste em desrespeitar a Lei 11.738/08

Mesmo com duas decisões judiciais obrigando o pagamento do Piso para todos os professores (leia na página 2), conforme determina a Lei 11.738/08 (Lei do Piso), o Governo de Goiás insiste em dividir a categoria e pagar em janeiro apenas para PI e PII, e a partir

de maio para os PIII e PIV, ou seja, com quatro meses de prejuízos.

O reajuste deste ano é de 11,36% e, em audiência com o SinteGO, a secretária Raquel Teixeira confirmou que a determinação do governador Marconi Perillo é seguir o que vem fazendo desde 2013 e a se confirmar o desrespeito, as

perdas acumuladas em 16 meses de calote serão de R\$ 5.150,96 para professor PIII e R\$ 5.807,49 para professor PIV.

A direção do SinteGO solicitou que a secretária agende uma audiência com o governador para discutir esta decisão e demais itens da pauta. Ver tabela corrigida na página 4.

Justiça determina pagamento do calote do Piso 2014 para PIII e PIV

O Governo de Goiás terá de pagar os quatro meses de calote do reajuste do Piso dos professores de 2014. A determinação é da juíza Suelenita Soares Correia, que se manifestou favorável à ação nº 201403807358 protocolada pelo SinteGO, cobrando o aumento de 8,32%, referente a janeiro, fevereiro, março e abril daquele ano.

Além do reajuste sobre os quatro meses, o Governo de Goiás ainda foi condenado a pagar juros de 0,5% e correção monetária.

Calote 2013

No início do ano passado, a jus-

tiça já havia determinado o Governo de Goiás a pagar o reajuste de 7,97%, referente aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril aos professores PIII e PIV.

A decisão atendeu ação de cobrança proposta pelo SinteGO, contra o projeto de lei do executivo, que excluiu esses docentes do reajuste do Piso da categoria. O governo recorreu.

Calote 2015

O calote de 2015 também está sendo cobrado na justiça. Na ação, o SinteGO pede que a justiça obrigue o governo a pagar as atualizações monetárias relativas aos meses

de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho e julho do ano de 2015, aos professores PI e PII, corrigidos com o INPC dos meses subsequentes, tendo como data limite o dia 10 posterior ao mês vencido. Com base nesse mesmo critério, para os professores PIII e PIV, a diferença dividida em 10(dez) parcelas, a referência foi o mês de maio e junho, sendo que são devidas as atualizações a partir do dia 10 do mês de junho e 10 do mês de julho respectivamente. A ação, de número 201504044660, tramita na 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, com o juiz Avenir Passo de Oliveira.

Perda dos professores PIII e PIV (40h) da rede estadual de ensino

PIII (40)	
Ano*	Perdas R\$
2013	700,80
2014	789,60
2015	2.340,59
2016	1.319,97
Total	5.150,96

PIV (40)	
Ano*	Perdas R\$
2013	790,16
2014	890,29
2015	2.639,00
2016	1.488,04
Total	5.807,49

Obs.: Não estão computadas as vantagens individuais

Sintego cobra respeito ao Plano de Carreira dos trabalhadores Administrativos

Durante reunião com a secretária de Educação, Raquel Teixeira a direção do Sintego cobrou, mais uma vez, a correção da Tabela Salarial dos trabalhadores Administrativos, além de salários defasados. Trabalhadores que fazem 40 horas, recebem o mesmo valor dos que fazem 30 horas. Outra cobrança do Sintego é a realização de concurso público para pessoal Administrativo em 2016 na rede estadual de ensino. Há quinze anos não é realizado um concurso para provimento de vagas dos cargos administrativos da Educação.

Na conversa com a secretária, a direção do Sintego enfatizou a importância dos Administrativos na Educação, ressaltando que os Administrativos são trabalhadores que têm papel fundamental para o processo de ensino-aprendizagem e precisam ser valorizados.



Segundo a secretária Raquel Teixeira, já foi enviado ao Gabinete Civil um projeto para adequação da Tabela dos Administrativos, faltando decisão política do governo do Estado de enviar Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa. Sobre as OSs, a secretária mantém a intenção de continuar o projeto, sem debater com os trabalhadores ou a comunidade estudantil.

O Sintego também expressou seu repúdio à implantação das Organizações Sociais (OSs) na Educação, pois na visão da direção do sindicato, as OSs põem fim às carreiras dos administrativos, também. Na avaliação do Sintego a terceirização das escolas, via OSs, é a porta de entrada para a precarização das condições de trabalho, sem concurso público e sem estabilidade.

Durante a audiência com a secretária Raquel Teixeira, o Sintego cobrou outros pontos da pauta. Veja abaixo:

Quadro Transitório do Magistério

Segundo a secretária, o projeto já foi enviado ao Gabinete Civil para adequação, faltando decisão do governo de enviar projeto de lei à Assembleia Legislativa e aprovar a gratificação, corrigindo a injustiça que se pratica contra esses profissionais.

Diferenças salariais

O Sintego cobrou também o pagamento das diferenças salariais do ano de 2015 e anteriores, cujo compromisso da Seduce era pagar no mês de dezembro passado. A secretária informou que já foram pagos cerca de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), referentes a 2015 e aguarda recursos para pagar os processos dos anos anteriores. O Sintego cobrou a apresentação de um calendário de pagamentos.

Temporários

O Sintego também cobrou que o governo atualize a tabela salarial dos servidores temporários da Educação que, desde 2011 não é reajustada, pagando um salário vergonhoso. Este ponto será tratado na audiência com o governador.

Concurso Público

Mais uma vez o Sintego reivindicou a publicação de edital para realização de concurso público para preenchimento de vagas na rede estadual. Há 16 anos o Governo de Goiás não realiza concurso para Administrativos e há 6 para professores. “Há um déficit de mais de 15 mil trabalhadores na Educação estadual e as OSs não vão resolver o problema da falta de profissionais nas escolas e é sempre bom lembrar que o compromisso era para realização de concurso em 2012”, justificou Bia de Lima.

Encontro discute pauta dos Administrativos

O Sintego realizará nos dias 26 e 27 de fevereiro o IX Encontro Estadual dos Servidores Administrativos da Educação de Goiás. Durante os dois dias serão discutidos as Diretrizes Curriculares do Curso de Tecnologia em Processos Escolares, Piso Salarial e Diretrizes Nacionais de Carreira. O Encontro será realizado no Clube do Sintego, em Caldas Novas, e estarão disponíveis 200 vagas. Mais informações pelo telefone (62) 3291-8383, com a secretária para Assuntos do Pessoal Administrativo, Suely Correia.

Sintego e CNTE promovem Ato Nacional contra as OSs

Com uma manifestação pelas principais ruas de Anápolis, até a subsecretaria de Educação, o Sintego iniciou, no dia 22 de janeiro, uma série de atividades de resistência contra a privatização da Educação estadual para as Organizações Sociais.

Trabalhadores da rede de todo o Estado se juntaram aos secundaristas que estão ocupando as escolas estaduais da cidade



de e denunciaram a falta de transparência do Governo do Estado no processo de transferência da gestão de 23 unidades da Região de Anápolis para Organizações Sociais.

No próximo dia 2, às 9h, o Sintego e a CNTE promovem um Ato Nacional para protestar contra a transferência da gestão escolar para as OSs. O ato acontecerá no

Coreto da Praça Cívica e contará com participação dos trabalhadores da rede goiana, de outros estados brasileiros e também de estudantes secundaristas.

De acordo com a presidenta do Sintego, Bia de Lima, o Ato é mais uma forma de mostrar para o governo a insatisfação com o projeto, que está sendo implantado sem transparência e sem discussão.

Sintego questiona legalidade das OSs, em audiência pública na OAB

O Sintego tem mantido uma postura forte contra as OSs. Em dezembro, a direção do sindicato protocolou representação contra o projeto junto ao Ministério Público de Goiás e promoveu, em parceria com o Fórum Estadual de Educação, audiência pública, que lotou o auditório Costa Lima, da Assembleia Legislativa. Neste mês de janeiro foi publicado o edital convocando as OSs para 23 escolas da Regional de Anápolis. O Sintego apontou inúmeras ilegalidades neste projeto durante debate realizado na seccional goiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A presidenta do Sintego, Bia de Lima, chamou a atenção dos advogados e conselheiros da OAB-GO para as



consequências desta medida para o regime de previdência dos trabalhadores, a questão da gestão democrática das escolas e o financiamento público da Educação. Bia de Lima entregou ao presidente da Ordem, Lúcio Flávio Paiva, documento onde a assessoria jurídica do Sintego aponta desrespeito do Governo do Estado em rela-

ção a garantias previstas na Constituição Federal como a violação do Artigo 206 (que fala das garantias da Educação Pública) e incompatibilidade do projeto das OSs com a Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDBE) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Noutro debate, este

realizado na Faculdade de Educação, os professores da UFG reforçaram os argumentos do Sintego contra a implantação das OSs. Os professores universitários também são contra o projeto e criticaram a intransigência do governo do Estado por querer implantar este projeto sem diálogo com estudantes, pais de alunos e professores.

TABELA SALARIAL - 2016

Professores da Rede Estadual de Ensino de Goiás

PROJEÇÃO DE 11,36%

QUADRO PERMANENTE

Cargo	CH	Referência/ Vencimento						
		A	B	C	D	E	F	G
PI	20	1.074,45	1.095,94	1.117,86	1.140,21	1.163,02	1.186,28	1.210,01
	30	1.611,69	1.643,92	1.676,80	1.710,34	1.744,55	1.779,44	1.815,02
	40	2.148,92	2.191,90	2.235,74	2.280,45	2.326,06	2.372,58	2.420,03
PII	20	1.106,79	1.128,93	1.151,50	1.174,53	1.198,03	1.221,99	1.246,43
	30	1.660,19	1.693,39	1.727,26	1.761,81	1.797,04	1.832,98	1.869,64
	40	2.213,59	2.257,86	2.303,02	2.349,08	2.396,06	2.443,98	2.492,86
PIII	20	1.617,19	1.649,53	1.682,52	1.716,17	1.750,50	1.785,51	1.821,22
	30	2.425,78	2.474,30	2.523,78	2.574,26	2.625,74	2.678,26	2.731,82
	40	3.234,39	3.299,08	3.365,06	3.432,36	3.501,01	3.571,03	3.642,45
PIV	20	1.823,39	1.859,86	1.897,05	1.935,00	1.973,70	2.013,17	2.053,43
	30	2.735,09	2.789,79	2.845,59	2.902,50	2.960,55	3.019,76	3.080,16
	40	3.646,78	3.719,72	3.794,11	3.869,99	3.947,39	4.026,34	4.106,87

Fonte: SINTEGO